

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE
CURSO DE HISTÓRIA

Bruna Ana Rossoni Pedrotti

**ANTISSEMITISMO: A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS DURANTE O GOVERNO DE
GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**

Passo Fundo/RS

2023

Bruna Ana Rossoni Pedrotti

**ANTISSEMITISMO: A PERSEGUIÇÃO AOS JUDEUS DURANTE O GOVERNO DE
GETÚLIO VARGAS (1930-1945)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado (a) em História.

Orientador: Profa. Dra. Gizele Zanotto

Passo Fundo/RS

2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio, ao meu namorado pelo encorajamento nos momentos difíceis e a minha orientadora, por acreditar que eu seria capaz de conseguir realizar este sonho! Muito obrigada por acreditarem em mim!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa <i>Em Legítima Defeza</i> (1937)	18
Figura 2 – Sumário da obra <i>Em Legítima Defeza</i> (1937)	21
Figura 3 – Integralistas e os judeus no <i>Correio da Manhã</i> (1938)	36

LISTA DE TABELAS

Tabela CP – Antissemitismo no Correio do Povo	34
Tabela DN – Fechados Centros Sionistas no Diário de Notícias	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
I - IMAGINÁRIO DO ANTISSEMITISMO	9
II - <i>EM LEGÍTIMA DEFESA: A VOZ DE UM JUDEU BRASILEIRO</i> (1937)	18
III – O ANTISSEMITISMO NA IMPRENSA (1930 A 1945)	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
FONTES	42
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

O antissemitismo é comumente relacionado ao nazismo, principalmente ao Holocausto. Naquele contexto dos anos 1930/1945, o ódio direcionado aos judeus, foi levado a ultrapassar limites, com a criação de campos de concentração e campos de extermínio. A violenta repulsa aos judeus os desola há considerável tempo, identificando como essa aversão se deu em diferentes temporalidades, tendo iniciado bem antes de meados dos séculos XVII e XVIII, quando a Igreja Católica e outros grupos cria obras antijudaicas, disseminando de forma gradual o ódio ao povo judeu durante os anos. O discurso antissemita se manifestava por ataques violentos, como em que os judeus sofriam os *pogroms*¹, e pela visão generalizada dos judeus como estrangeiros, que os impedia de realizar suas tarefas os conduzindo a anulação dos seus direitos.

O antissemitismo, segundo Carneiro (2007, p. 30), articula-se ao conceito de povo pária como um dos modelos interpretativos do povo judeu. Apesar de na Idade Média os judeus terem usufruído, em Portugal e na Espanha, de uma situação social privilegiada em relação ao restante da Europa, nunca deixaram de ser “hóspedes”. Mesmo após as conversões forçadas em massa ao catolicismo em Portugal (1497), os judeus não se tornaram cristãos iguais, ao contrário, emergiram como novos párias. Os povos párias, por sua vez, apresentam uma gradual vontade de separação e recusa de identificação com a sociedade dominante, o que produz tensão, de um lado, por não poder pertencer à sociedade em que vivem, de outro. A singularidade social, determinada pela origem e pelo fato de antes de tudo ter crescido num grupo estigmatizado, exerceu influência determinante sobre a alma do marrano². Como escreveu Hanna Arendt: “Todo tempo em que houver povos e classes que difamam, os traços próprios do pária se reproduzirão, de geração em geração” (ARENDDT, 1978 APUD CARNEIRO, 2007, p.30).

O imigrante judeu priva-se da sua estrutura linguística e cultural, tornando-se um “homem mutilado”, por conta de um governo descriminalizador. De acordo com Lesser (1995), o governo de Getúlio Vargas 1930/1945, colocou em prática uma política imigratória restritiva e racista. Vetou, com base em argumentos racistas, a concessão de vistos aos judeus, ciganos e negros. O discurso racista reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam essas minorias em seres indesejáveis, “indigestos”. Em particular, não interessava ao governo do Brasil receber

¹ Os “pogroms” eram perseguições em massa realizadas contra judeus, incluindo saques e destruições de casas, realizados em vários países da Europa Ocidental e oriental.

² De acordo com Lipiner (1997, p.100), a expressão estereotipada e injuriosa que significa “porcos” no antigo Mediterrâneo. Sobre a etimologia da palavra e as várias interpretações.

os judeus que fugiam do nazifascismo porque – segundo as autoridades brasileiras – eles colocavam em risco o processo de construção da raça e da brasilidade. Essa posição, radical em sua essência, vinha atrelada a uma prática orientada para o futuro da nação, que deveria incentivar apenas a entrada de “bons” imigrantes, tendo como critérios elementos étnicos e ideológicos. Assim, as correntes imigratórias não poderiam estar comprometidas com a ideia de corrosão social e com as doutrinas exóticas, traços atribuídos a figura estereotipada dos judeus, avaliados como inassimiláveis, comunistas, parasitas e avessos ao trabalho agrícola.

Segundo Carneiro (1998), estudiosos do período da Era Vargas centravam sua atenção na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro. A preocupação com o futuro étnico do Brasil e com a identidade nacional foi retomada com intensidade na década de 30, em conjunto com o recuo das ideias liberais e com o avanço do pensamento clássico europeu imperialista³. Carneiro (1998), traz que no Brasil, as manifestações antijudaicas podem ser situadas principalmente em dois momentos de nossa história: na atuação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, na perseguição aos cristãos-novos e judeus vindos de Portugal nos séculos XVII e XVIII, e no primeiro governo Vargas de 1930 a 1945. Movschowitz (2001), relata que o judeu, na Europa era classificado e tratado como uma sub-raça e no Brasil eram perseguidos como um refugiado ilegal e pernicioso. A veiculação de notícias na imprensa e a circulação de obras antissemitas contribuíram para aumentar ainda mais a reprovação social, estigmatizando-os como estranhos à ordem nacional.

Durante o Estado Novo (1937-1945), o Governo de Getúlio Vargas implementou a chamada campanha de nacionalização, objetivando “abrasileirar” todos os grupos de imigrantes e seus descendentes em solo brasileiro. Para Alves,

O projeto de nacionalização idealizado pelo Governo Vargas foi efetivamente colocado em prática, por meio de uma intensa vigília às comunidades estrangeiras. Com a promulgação de decretos-lei o Governo Federal acionou práticas repressivas que afetaram a vida cultural e política de estrangeiros e seus descendentes. O objetivo era romper os laços culturais que os

³ O Imperialismo seria fruto do nacionalismo, do patriotismo, do fervor religioso e do militarismo, além da busca por novos lugares que servissem de porto seguro para seus capitais buscarem lucros. Os mecanismos para a instauração, o dia-a-dia e a perpetuação do Imperialismo estariam ligados à propaganda oficial do Governo, além da utilização do cristianismo como fachada para levar a cabo os interesses do grande capital monopolista (HOBSON, 1982, p. 379).

mantinham ligados aos seus países de origem em prol da homogeneização da sociedade brasileira (ALVES, 2006, p.83).

Desta forma, o Estado adentrou metaforicamente nas famílias, e em grupos e colônias, servindo-se do argumento inelutável da lei posta a qual impedia a fala de outra língua que não o português. A comunicação, a forma de manifestação cultural primordial, foi atingida “sob o manto” da obrigação legal. Para os fins governamentais, o uso do idioma português era indispensável, visto que uma nação com identidade própria fazia uso de seu idioma próprio, e para o presidente, um país era a unidade de raça, a unidade de língua e a unidade do pensamento nacional (BETHLEM, 2009, p.128). O Governo de Vargas impôs a proibição de comunicar-se em língua estrangeira em público. Até mesmo os religiosos foram proibidos de realizar cultos em qualquer língua que não a portuguesa, obrigação de que todas as aulas fossem realizadas em português, fechamento de escolas, jornais e estabelecimentos com nomes estrangeiros. Isto era importante tanto aos judeus, quanto aos demais estrangeiros (KOIFMAN, 2012, p.103).

A realização desta pesquisa nos dias atuais, visa trazer para o foco as perseguições aos judeus; perseguições essas que não aconteceram somente na Europa, mas que também se deram em terras brasileiras, especificamente o caso deste trabalho. Os judeus vieram em busca de um caminho de paz, porém ao chegar acabam por se deparar com situações parecidas, de julgamentos e predefinições sobre seu povo. Muito se fala sobre os Campos de Concentração, o Holocausto, fatos esses que marcaram não somente a história da humanidade, mas também marca gerações, pela vivência e memórias.

O presente trabalho propõe um estudo sobre como o antissemitismo que se fez presente no Brasil durante a Era Vargas (1930 a 1945), por meio de discursos de imprensa de Porto Alegre e Rio de Janeiro dos jornais *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Diário da Manhã* e o livro *Em Legítima Defeza: a Voz de um Judeu Brasileiro (1937)*, enfatizando como o governo varguista foi consensual com a perseguição aos judeus tanto na Europa nos campos de concentração, quanto em terras brasileiras. Os jornais e o livro, irão integralizar a presente pesquisa fundamentando os conceitos abordados nos próximos capítulos, enfatizando a importância da compreensão deste tema diante do período em que se sucedeu e nos dias atuais.

I - IMAGINÁRIO DO ANTISSEMITISMO

Durante o período de 1930 a 1945, era influenciado por diversas questões sociais, econômicas, culturais e políticas da época. A imigração judaica teve início no final do século XIX, e durante as primeiras décadas do século XX os judeus estavam envolvidos em diferentes atividades econômicas. No entanto, a chegada de imigrantes judeus e o aumento de sua presença no estado também gerou alguns sentimentos de hostilidade e desconfiança em alguns setores da sociedade. Parte disso se devia à própria discriminação étnica e religiosa que os judeus já sofriam em outros lugares do mundo, mas também havia fatores locais que contribuíam para a disseminação do antissemitismo. No presente capítulo, irá ser dissertado sobre o imaginário antissemita presente no Governo de Vargas em 1930 a 1945, destacando a importância de compreendermos que o antissemitismo aconteceu não somente nos países ocidentais, mas sim em terras brasileiras. A aversão a judeus é inquestionavelmente um assunto que deve ser tratado com seriedade e empatia.

O imaginário é um aspecto da vida social, de uma atividade dos diversos agentes sociais, constituindo pontos de referência nas redes simbólicas pelas quais a coletividade direciona regras, normas e objetivos. Conforme Baczko,

É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súbdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (BACZKO, 1985, p.50).

Nesse sentido, Baczko (1985, p.93) expõe que o imaginário social é um dos mecanismos que regulam a vida coletiva, definindo, através das referências simbólicas, divisões internas, hierarquizações e instituições sociais, além de “uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício da autoridade e do poder”, concluindo que “ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto dos conflitos sociais”. “As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um

objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (JODELET 2002, p.22). O segundo plano, o dos processos e estados da representação social, que a caracterizam como saber social, conduz ao estudo de fenômenos de ordem cognitiva, orientada pelas marcas sociais e as condições da sua gênese. Tal estudo apoia-se no conteúdo dessas representações e se dá baseado no suporte desses conteúdos: a linguagem, contida em documentos, práticas, falas, imagens e outros. O estudo dos conteúdos implica assim abarcar o campo da representação social, ou seja, a totalidade de expressões, imagens, ideias e valores presentes no discurso sobre o objeto, segundo Jodelet (2002, p.18). Assim sintetiza a ideia: toda representação é representação de alguém e de alguma coisa. Toda representação se refere a um objeto e tem um conteúdo. E o alguém que a formula é um sujeito social, imerso em condições específicas de seu espaço e tempo. A autora propõe então três grandes ordens de fatores a serem levados em conta como condições de produção das representações: a cultura, tomada no sentido amplo e no mais restrito, a comunicação e linguagem (intragrupos, entre grupos e de massas), e a inserção socioeconômica, institucional, educacional e ideológica (JODELET 2002, p.20).

Compreende-se que o assunto antissemitismo é de fato um assunto delicado, porém o discurso antissemita veiculado ao Brasil entre 1930 a 1945, agrupava atributos a figura do judeu como um “parasita”, “indigesto”. O antissemitismo em si, não é um movimento iniciado no século XX. Como aponta Carneiro, há uma historicidade anterior dessa compreensão que deriva de séculos anteriores e que se perpetuou, mantendo elementos anteriores sistematizados. Para a autora,

O caráter e as modalidades do antijudaísmo que se desenvolveram em todo o Império espanhol e português anteciparam em modernidade o anti-semitismo do século XX, pois reuniam todas as fórmulas tradicionais: foi religioso, político, econômico e racial. Foi também o mais largo e ininterrupto processo persecutório e punitivo planejado e organizado. Espanha e Portugal foram os únicos países que instalaram um Tribunal direcionado contra um grupo humano específico. A religião foi um excelente pretexto utilizado pelo Estado para construir o inimigo, e garantiu às classes dirigentes, durante séculos, seus privilégios e sua perpetuação no poder (CARNEIRO, 2007, p.36).

Na década de 1930, o Brasil enfrentou mudanças políticas, sociais e econômicas que influenciaram também na atitude de sua elite política e intelectual em relação à questão judaica. A revolução que, em 1930, colocou no poder o presidente Getúlio Vargas, a polarização política, a perseguição dos comunistas e da esquerda em geral e sua repressão em 1935, o estabelecimento do autoritário Estado Novo em novembro de 1937 - tudo isso influenciou também na atmosfera antijudaica, gerada pelas ideias racistas desenvolvidas no Brasil desde o final do século XIX, das quais estavam imbuídas as esferas do poder e a administração. A atitude antijudaica era também consequência da atmosfera criada por um setor dos fascistas brasileiros, os integralistas⁴, que contribuíram tanto para o clima autoritário como para a identificação entre judeus e comunistas (CARNEIRO, 2007, p.209).

O anti-semitismo, no caso brasileiro, aproxima-se do padrão tradicional, segundo o qual a visão negativa do judeu prende-se a aspectos relativos à religião e à economia. Este padrão, que no imaginário da sociedade brasileira é difuso, contraditório, acobertado, contendo a ideia de exclusão e tolerância, própria às relações raciais neste país, só foi ameaçado em sua hegemonia da década de 30. Neste período, a instabilidade política, crescimento das correntes antiliberais, o golpe de 37 e o Estado Novo contribuíram em parte para que setores das elites políticas e da intelectualidade concebessem os judeus como fontes de todos os males do mundo moderno (CARNEIRO, 1988, p.305).

Carneiro (2007, p.295) destaca que, sob a máscara do nacionalismo varguista, o Brasil foi conivente com a prática de extermínio em massa da população judaica que habitava os territórios alemães entre 1933 e 1945. Apesar de ter optado por lutar ao lado dos Aliados em 1942, o governo pouco se empenhou em salvar vidas e acolher aqueles que, por acaso, haviam conseguido escapar da prisão em um campo de concentração. A maioria das regras adotadas pelas autoridades brasileiras envolvidas com a questão judaica nada mais foi que “cortina de fumaça” que ocultava a real intenção de manter longe do Brasil os refugiados judeus.

Desta forma, Carneiro (2007, p.300), referindo-se ao imigrante desejável, faziam um contraponto com a imagem negativa do judeu, definido como elemento de uma "raça espúria,

⁴ Ação Integralista Brasileira (AIB), núcleo responsável não só pelas análises políticas, mas também pela disseminação da doutrina integral e com função educativa, através de uma linguagem simples e acessível que compreendesse à maior parte da população. Com o manifesto de outubro redigido e divulgado, a estrutura política do Brasil no início da década de 30 ganhou mais um ponto de instabilidade (PANDOLFI, 2003, p.15-35).

sempre a vegetar no nomadismo intérmino". Justificava, assim, as diásporas vivenciadas pelo povo judeu em diferentes momentos históricos e espaços: a Península Ibérica no século XV e a Alemanha nazista, no século XX. Influenciado por argumentos católicos, o cenário retomava a pecha de deicidas - atribuída aos judeus como matadores de Cristo - ao afirmar que era "justo castigo do seu crime nefando" (ROMÁRIO, 1939 APUD CARNEIRO, 2007, p.300).

Não interessava ao Brasil receber os judeus como refugiados políticos, porque sua saga, suas ideias e seu caráter colocavam em risco o processo de construção da brasilidade. Esta posição, radical na sua essência, vinha atrelada a uma prática orientada para o futuro da nação que deveria incentivar apenas a entrada de "bons imigrantes tendo por critério uma estratégia étnica-ideológica. Assim, as correntes emigratórias não poderiam estar comprometidas com a ideia de corrosão social e com as doutrinas exóticas, traços pertinentes a imagem estereotipada dos judeus avaliados como "inassimiláveis, comunistas, parasitas e aversos ao trabalho agrícola". Segundo este raciocínio, a ideologia do trabalho se prestou como critério seletivo acobertando a mentalidade antissemita que pontuou, por mais de três décadas, o discurso oficial. Por trás dos ofícios rotulados de "secretos" e "confidenciais" esconderam-se antissemitas convictos, mascarados de grandes humanistas ou reis servidores públicos (CARNEIRO, 2007, p.321). Sobre esse ponto, Arendt afirma:

Os antissemitas estavam convencidos de que a sua pretensão de tomar o poder absoluto não era outra coisa senão aquilo que os judeus já haviam conseguido, e que o seu antissemitismo era justificado pela necessidade de eliminar os reais ocupantes dos postos de mando: os judeus (ARENDR, 1991, pg.60).

O que Vargas tentou impor foi um nacionalismo, quase que fanático, à população brasileira, tentando eliminar o pensamento diferente que os imigrantes, em especial os judeus, poderiam representar, como afirma Carneiro: “o regime ditatorial de Vargas dedicou-se à elaboração de um projeto educacional e de um projeto contra a entrada de estrangeiros, em prol do “abrasileiramento dos núcleos de colonização” (CARNEIRO, 1988, p.124).

A tônica do período era a preocupação com a formação da identidade nacional brasileira, em que a questão racial e cultural era considerada elemento crucial para o futuro da nação. O “problema judeu”, para as elites da época, estava situado na discussão dos imigrantes “indesejáveis”, por não se encaixarem no quesito assimilação/branqueamento da população. O

discurso integralista, por exemplo, estava impregnado desta mesma perspectiva e fazia parte do contexto geral da época, marcada pelas discussões sobre a formação da nação brasileira. A “questão judaica” para o integralismo deve ser entendida como parte desse projeto de nação, daí a imensa preocupação de várias lideranças do movimento com a assimilação dos judeus à sociedade brasileira. Essas lideranças pareciam mais reticentes na aceitação da tese que via os judeus como o “mal maior”, reduzindo os demais adversários do movimento à ação judaica. Por isso, é possível estabelecer uma gradação nos variados discursos antissemitas do integralismo. (TRINDADE, 1979, p.252)

Dessa forma, Cytrynowicz (2002, p. 394) chama a atenção para o caráter unidimensional das análises tradicionais que abordam o período 1937-1945, que enfatizam somente o antissemitismo e colocam o preconceito e a perseguição como a marca dominante da vida dos imigrantes. Esta interpretação, tanto da historiografia como da memória social do próprio grupo, tende a considerar a comunidade judaica no Brasil no período citado como um grupo acuado e ameaçado e tende a ver o Estado Novo e a ditadura de Getúlio Vargas como um regime próximo ao nazismo, na ideologia e nas ações políticas.

No Brasil, contudo, indivíduos influentes atacavam imagens de judeus imaginários que se supunha ser simultaneamente comunistas e capitalistas, e cujos estilos de vida considerados degenerados haviam sido formados em enclaves étnicos europeus pútridos e indigentes (LESSER, 1995, p.23)

Assim, no Brasil, em 1930, 1935 ou certamente em 1937, os governantes, armados com variados dispositivos “simbólicos” de dominação ideológica, em alguns casos psicológica, teriam tido a capacidade de manipular, por meio de imagens e representações, as emoções e a sensibilidade das pessoas, dominando, inclusive, as suas mentes. As delações que ocorreram na época do Estado Novo, por exemplo, comprovariam a capacidade do poder estatal de pressionar os indivíduos, deixando-os tensos, apreensivos e inseguros. Muitos teriam escrito cartas a Vargas ou à polícia denunciando os opositores do regime porque se encontravam atemorizados, ou aterrorizados, com as supostas ameaças dos inimigos, reais ou fictícios, ao governo e, portanto, à ordem social (FERREIRA, 2001, p.94).

O governo brasileiro se inspirava largamente no modelo fascista na questão social, na econômica e na política. A perseguição aos judeus era mais um dos pontos de semelhança entre

esses governos, Vargas via o judeu como uma ameaça a construção do sentimento nacionalista que lhe era tão caro, porém Vargas não queria romper totalmente com o seu maior parceiro comercial: os EUA. O que Vargas tentou impor foi um nacionalismo, quase que fanático, à população brasileira, tentando eliminar o pensamento diferente que os imigrantes, em especial os judeus, poderiam representar, como afirma Carneiro: “o regime ditatorial de Vargas dedicou-se à elaboração de um projeto educacional e de um projeto contra a entrada de estrangeiros, em prol do “abrasileiramento dos núcleos de colonização” (CARNEIRO, 1988, p.124).

Lesser descreve os primórdios do estabelecimento de uma colônia judaica no país e mostra como o crescimento da sua presença passou a ser visto por setores da sociedade brasileira como uma ameaça. No parlamento e na imprensa, discursos inflamados denunciavam a entrada ilegal no país de centenas de milhares de judeus. Os antissemitas tupiniquins começaram a divulgar a versão de que, se nada fosse feito para impedi-los, os judeus fugidos da Europa invadiriam o Brasil em massa. Ataques aos judeus partiram de diversos segmentos da sociedade: acadêmicos, imprensa, militares e políticos. A fascinação e, ao mesmo tempo a aversão provocadas pelos judeus deviam-se a parte, à visibilidade do grupo em especial em bairros de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, bem como da sua concentração ocupacional, principalmente como mascates de tecidos. O mito da democracia racial tinha ainda outra utilidade: apagar os rastros racistas do próprio Getúlio. A retórica antissemita floresceu durante o Estado Novo, fruto dos seus breves relacionamentos com a Alemanha nazista e com a Itália fascista. De uma hora para a outra, a comunidade judaica que começara a se instalar no país a partir do começo do século, e que crescera numericamente com alguma intensidade durante anos 20, passou a ser hostilizada pelo regime Vargas. (LESSER, 1995, p.217)

Entre 1930 e 1945, o governo de Getúlio Vargas colocou em prática uma política imigratória restritiva e racista. Vetou a concessão de vistos aos judeus, ciganos, negros e japoneses. O discurso racista reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam essas minorias em seres indesejáveis, “indigestos”. Em particular, não interessava ao Brasil receber os judeus que fugiam do nazifascismo porque – segundo as autoridades brasileiras – colocavam em risco o processo de construção da raça e da brasilidade. Essa posição, radical em sua essência, vinha atrelada a uma prática orientada para o futuro da nação, que deveria incentivar apenas a entrada de “bons” imigrantes, tendo como critérios elementos étnicos e ideológicos. Assim, as correntes imigratórias não poderiam estar comprometidas com a ideia de corrosão social e com as doutrinas exóticas, traços pertinentes à imagem estereotipada dos judeus, avaliados como inassimiláveis, comunistas, parasitas e avessos ao trabalho agrícola. Segundo

esse raciocínio, a ideologia do trabalho prestava-se como critério seletivo, acobertando uma mentalidade racista que pontuou, por várias décadas, o discurso oficial brasileiro (HOLLOWAY, 1997, p.27-30). Para Arendt,

Poder e violência, ainda que fenômenos distintos, quase sempre aparecem juntos. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, sempre necessita de orientação e justificação pelos fins e persegue... e o que necessita de ser justificado por outra crise, não pode ser essência de coisa alguma (ARENDR, 1983, p.117).

Buscava-se um modelo ideal de homem brasileiro e, diante deste impasse, é que percebemos a dificuldade que os profissionais do Poder tinham em lidar com as diferenças, fossem eles étnicas ou ideológicas. O governo Vargas teve como um dos objetivos “homogeneizar a população”. Dedicou-se a elaboração – ao nível do ideal e das práxis – de um projeto educacional de uma política emigratória em “prol do abasileiramento da República”. Procurou-se, de todas as formas, identificar e eliminar os signos de erosão da identidade cultural brasileira. E uma das primeiras iniciativas do governo foi de investir contra os núcleos estrangeiros nas zonas de colonização, pelo tomar de que colocassem em risco a campanha de nacionalização e construção da identidade brasileira” (BORDIEU; PASSERON, 1975, p.20 - 23).

Essa estrutura sociopolítica movediça ganhou ainda mais terreno quando a vinda de imigrantes se tornou uma questão de Estado, somada as perseguições com ideias de socialistas, comunistas e anarquistas. O judeu passou a ser visto como o inimigo da nação, aquele que punha o processo de identidade nacional em xeque num momento em que o Brasil precisava se formar como nação (LESSER, 1995, p.50).

Essa imagem negativa do judeu se deve à maneira como as elites brasileiras artificialmente atribuíram as raças (dotadas de atributos) a existência dos problemas nacionais, sob o conceito de caráter nacional. O fato de o judeu não ter experiência na lavoura foi o principal argumento para as elites brasileiras para persegui-lo. Como os problemas nacionais das elites brasileiras eram vistos a partir das tendências da raça, argumento surgido com o racismo científico datado de 1870, deu-se no Brasil a transfiguração do real (LUIZETTO, 1975, p.97).

Quando Getúlio Vargas assumiu o poder em 1930, o nacionalismo brasileiro ganhou maior destaque. Para o novo governo autoritário, a nação foi o centro das atenções, antes de mais nada para superar os regionalismos da República Velha. A ‘nação brasileira’ foi construída intencionalmente pelas elites como ‘comunidade imaginária’ (ANDERSON, 1983, p.200). Enquanto os políticos brasileiros descobriram no século XIX a imigração europeia como meio de melhorar e ‘civilizar’ sua nação, o governo de Vargas enfatizou a delimitação para fora, a fim de criar uma identidade brasileira homogênea. Eles deveriam tornar-se verdadeiros brasileiros. A alteridade de imigrantes foi construída não só pelas culturas e línguas diferentes, mas também pelo conceito de ‘raça’. O racismo pseudocientífico do século XIX classificou a humanidade em várias ‘raças’ e definiu a ‘branca’ como avançada, civilizadora e melhor do que a ‘negra’ e a ‘vermelha’. Por isso, pessoas que pertenciam a essas ‘raças’, foram consideradas imigrantes indesejáveis (SEYFERTH, 1996, p.56).

Desta forma, o imaginário do antissemitismo durante esse período se voltada ao imigrante, tornou-se foco de avaliações que por muitas vezes, culminaram em atitudes de repulsa e ódio. Há evidências da aplicação de ideias oriundas do pensamento eugenista que, certamente, inspirou práticas discriminatórias. Imagens de todos os tipos, jornais e até livros serviram para registrar diferentes percepções. Enquanto alguns segmentos dos brancos europeus se faziam distintos por seus “ares de civilidade”, outros eram apontados como elementos perigosos para a composição da população brasileira. Mesmo que tenham existido medidas consideradas duras e que elas efetivamente tenham inviabilizado a entrada de imigrantes judeus no país, isso não mudou a realidade dos judeus já residentes no Brasil. As leis e proibições teriam mais a ver com um “judeu imaginado”, que seria o foco de uma certa fobia, e não com os “judeus reais”. Esses judeus imaginários, diz o autor, “que presumidamente eram ao mesmo tempo comunistas e capitalistas, eram modelados de acordo com uma leitura ingênua do anti-semitismo e o ódio aos judeus europeus” (LESSER, 1995, p.275).

Movido por um ideário intolerante, o governo de Getúlio Vargas sustentou uma política de restrição à imigração judaica, implementada por meio da burocracia do Estado. Esta política encontrou apoio em todo o escalão superior do governo brasileiro, na maioria do corpo diplomático em missão no exterior, entre intelectuais católicos e, obviamente, entre os integralistas seguidores de Gustavo Barroso. Tornaram-se comuns nos escritos da época os estigmas contra os judeus, “em nome da construção de uma nação forte, de uma raça eugênica e da proteção ao trabalhador” (CARNEIRO, 1999, p.47).

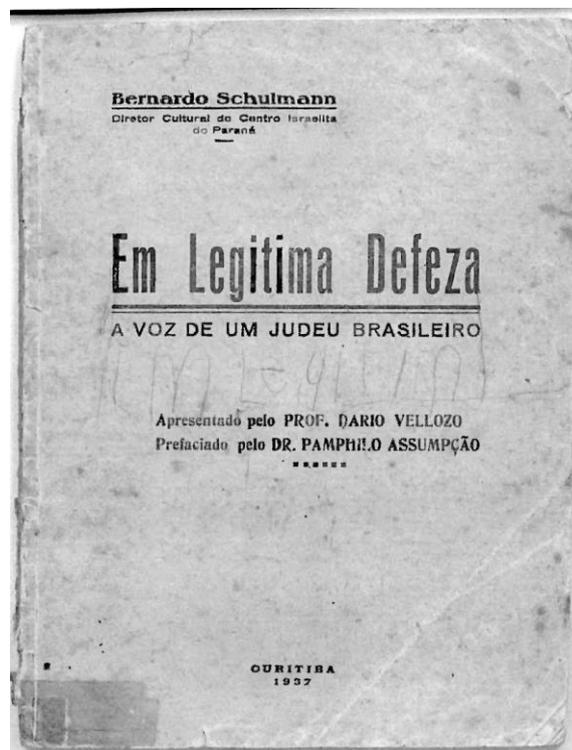
Através deste capítulo, exploramos o imaginário do antissemitismo nos anos de 1930 a 1945 no Brasil. Foi possível constatar que durante esse período, ocorreu um crescimento significativo da disseminação de ideias antissemitas na sociedade gaúcha, influenciado por eventos e contextos históricos globais, como a ascensão do nazismo na Alemanha. As narrativas antissemitas retratavam os judeus como "invasores estrangeiros" e disseminavam estereótipos prejudiciais, alimentando preconceitos e hostilidades contra essa comunidade. A crise econômica, o nacionalismo exacerbado e o desejo de encontrar bodes expiatórios para os problemas sociais contribuíram para a propagação dessas ideias discriminatórias. Neste contexto, o antissemitismo se manifestou de diversas formas, como por meio de discursos públicos, publicações impressas e ações discriminatórias. Destaco a minha opinião diante deste tema, em acreditar que realmente houve posições antissemitas durante o governo de Getúlio Vargas e que simpatizo com a opinião da autora Carneiro diante deste tema tão delicado.

A comunidade judaica enfrentou restrições sociais e econômicas, além de episódios de violência física e verbal, resultando em um clima de medo e insegurança. É importante ressaltar que o imaginário antissemita não se restringiu apenas à esfera individual, mas também teve influência nas políticas públicas e nas instituições do Estado. Restrições à imigração judaica, leis discriminatórias e a exclusão dos judeus de certos setores da sociedade foram reflexos desse imaginário antissemita arraigado na época. Houve também vozes de resistência, solidariedade e apoio à comunidade judaica, que lutaram contra o preconceito e a discriminação. Essas vozes representaram uma esperança e uma prova de que a intolerância não define a totalidade de uma sociedade. Em suma, a análise do imaginário do antissemitismo nos anos de 1930 a 1945, revela a presença de uma mentalidade discriminatória que permeou a sociedade da época. Essa análise nos permite compreender a complexidade do fenômeno do antissemitismo e destacar a importância da educação, do diálogo e da conscientização para combater o preconceito e construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa para todas as pessoas. No próximo capítulo durante a análise do livro *Em legitima defeza*, poderemos compreender melhor a visão de um judeu brasileiro e forma como Schulman tratava com o antissemitismo no seu dia a dia e de que forma Bernardo conseguiu se impor a tantos obstáculos por ser um judeu.

II - EM LEGITIMA DEFESA: A VOZ DE UM JUDEU BRASILEIRO (1937)

Nascido em 16 de maio de 1887, na Rússia Bernardo Schulman aos 10 anos ficou órfão, assim passou a ser criado por um tio. Durante sua vida na Rússia estudou sobre a doutrina judaica. Em 1909, chegou ao Brasil, instalando-se numa cidade chamada Araucária, aonde mais tarde tornou-se uma das principais lideranças judaicas do estado do Paraná. Escrevia para jornais judaicos desde 1915. A obra sobre o antissemitismo brasileiro “*Em Legítima Defesa: A voz de um Judeu Brasileiro*”, irá ajudar na complementação da pesquisa por ser um texto de judeu e que contrapõe ao antissemitismo de intelectuais, gestores e, como veremos no capítulo III, articulistas da imprensa.

Figura 1- Capa Em Legítima Defesa (1937)



Fonte: Acervo Pessoal de Gizele Zanotto

Bernardo Schulman publicou o pequeno livro em 1937. A essência da publicação foi responder aos ataques das elites intelectuais feitos sobre os judeus. Particularmente, foi contra

Gustavo Barroso⁵. E mais do que isso, era preciso encontrar o problema onde ele realmente estava, ao invés retirar sobre uma identidade definida: o judeu. Este é o maior ensinamento que podemos ter com a voz de Schulman: um problema não está centrado numa identidade primeira, mas na própria pessoa: “é que o brasileiro tem plena noção do dever mais imperioso do homem: O dever de ser humano, antes de tudo” (SCHULMANN, 1937, p.30).

Em *As Origens do Totalitarismo* de Hannah Arendt traz que a ruptura entre o antissemitismo tradicional e o moderno ocorreu com a emergência do Estado-nação no século XIX. De acordo com a autora, nesse contexto surgiu uma “nova hierarquia política”, causando uma igualdade perante a lei, mas uma desigualdade nos sistemas de classes. Neste sentido, cada indivíduo no Estado identificava-se de acordo com sua classe. Os judeus, no entanto, fugiam à regra: “não formavam uma classe nem pertenciam a qualquer das classes nos países em que viviam. Como grupo não eram nem trabalhadores, nem gente de classe média, nem latifundiários, nem camponeses” (ARENDR, 1991, p.33).

Schulman possuía papel duplo em seu contexto de vida: judeu e imigrante. Uma das aversões de Schulman é o antissemitismo no Brasil, país que ele se considerava habituado com a democracia e com a liberdade (CARNEIRO, 1988, p.460). Segundo o autor, essas eram ideias estrangeiras, importadas de obras como *O Judeu Internacional* (1989), de Henry Ford. Além disso, os folhetos de propaganda antissemita eram impressos no estrangeiro. Desta forma, ele afirma que “a questão judaica no Brasil não é questão genuína e, sim, UMA QUESTÃO ALHEIA, introduzida neste país à força de propaganda” (SCHULMAN, 1937, p.22).

O livro "*Em Legítima Defesa: A Voz de um Judeu Brasileiro*" é uma obra de grande relevância, pois aborda de forma profunda a experiência de um judeu brasileiro diante do preconceito e da discriminação, e como a legítima defesa se manifesta nesse contexto. A análise do livro revela uma série de pontos fortes que contribuem para uma compreensão mais abrangente e empática dessa realidade. Um dos principais pontos do livro é a maneira como o autor explora os temas abordados. Ele mergulha na identidade judaica, evidenciando as complexidades e desafios enfrentados por essa comunidade no Brasil. Ao longo da obra, o autor discute questões de preconceito, estereótipos, marginalização e resistência, oferecendo uma perspectiva interna e autêntica. Para Schulman, “as consequências da campanha antisemita

⁵ Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu em Fortaleza, Ceará em 29 de dezembro de 1888. Entre 1906 e 1909 marcou sua adesão à vida literária. Barroso exerceu várias atividades profissionais, trabalhando como escritor, jornalista, professor e na carreira política. E a sua ligação ao movimento de militância da Ação Integralista Brasileira (AIB). (COSTA, 2009, p. 61)

atingem tão somente às massas populares, a essa gente humilde que anda por aí á cata do ganha pão de cada dia. Contra ela é que se provoca o preconceito, a desconfiança, e a animosidade das populações” (SCHULMAN, 1937, p.28).

A obra analisada para a criação deste trabalho, possui 76 páginas e conta com 7 capítulos. Cada capítulo aborda uma concepção diante de cada tema vivenciadas por Bernardo Schulman. A apresentação da obra é escrita por Dario Vellozo⁶, o autor deste trabalho é possuidor de grande conhecimento e cultura. Vellozo, apresenta Bernardo Schulman como uma ótima companhia, detentor de firmeza dos juízos e visão nítida diante dos problemas. Por vezes, para Vellozo, Shulman até preferiria ficar calado a ferir a ignorância de outra pessoa. O valor da obra *Em Legítima Defeza* se daria, para o apresentador do trabalho, pela realidade da proposta de defender uma raça perseguida e injustiçada. Mesmo na obra, Shulman, esse homem bom e intolerante, não teria a mediocridade dos seus adversários. Os judeus, segue Vellozo, têm direito á vida, e a vida deve ser digna para aqueles que são dignos. Já o prefácio da obra é escrito pelo advogado Pamphilo Assumpção⁷. Segundo esse, o livro é uma justa expressão de revolta contra a campanha odiosa sobre os judeus que vem se desenvolvendo no país (SCHULMAN, 1937, p. 30)

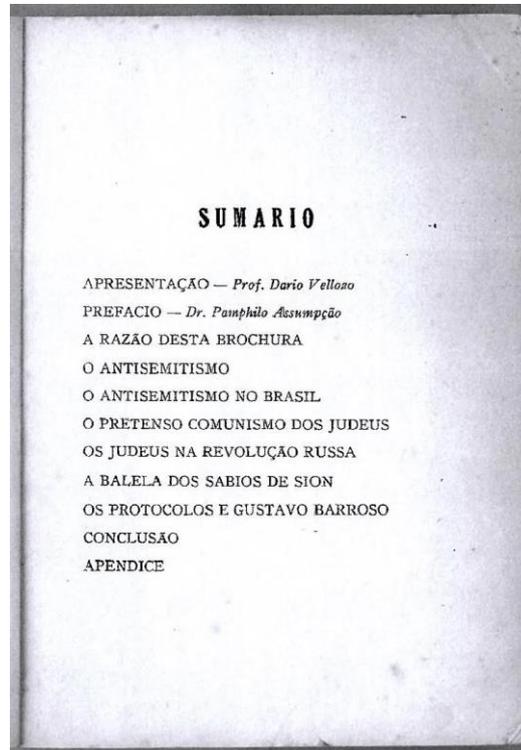
Sobre a obra em si, em seu primeiro capítulo “A razão desta brochura”, Shulman aborda o que o levou a criação do livro. Traz em primeira voz, um israelita brasileiro naturalizado que vive em paz, porem acaba por flagrar situações de antissemitismo, que estavam enraizados e se alastrando em seu país adotivo. Diante disso, pensou que suas observações e indignações podia ser sentida por outros, entendendo então que as socializar constituir-se-ia numa ação de utilidade coletiva. Schulman relata que teve a infelicidade de vivenciar de perto o antissemitismo, e observar a que ponto o Brasil se encontrava “envenenado” por ideias totalmente fascistas, porém, por algum tempo se manteve calado, acuado. A imprensa divulgava deliberadamente folhetos, artigos, obras antijudaicas. Assim teria lhe surgido a indagação: quem daria ouvidos a uma voz sem forças de um judeu? Entretanto, quem se cala, entendia Schulman, acaba por consentir com a acusação. Desta forma surgiu a obra. A publicação é

⁶ Dario Persiano de Castro Vellozo nasceu no dia 26 de novembro de 1869, em Retiro Saudoso, bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Intelectual, escritor e professor paranaense, mistura-se à história do Estado do Paraná e a construção de Curitiba, local forjado pela exclusão, mediante o discurso da construção da cidade Sorriso, com finalidade modernizadora (SILVEIRA, 1921, p.12).

⁷ João Pamphilo D’Assunção, nascido em 07 de setembro de 1868, em Curitiba, diplomara-se em 1889, pela Faculdade de Direito de São Paulo (GOMES, 1959, p. 379)

voltada aos militantes iludidos pelos livros e propagandas antijudaicas, que pensam terem encontrado a verdade absoluta numa mentira em volta da vida de milhares de judeus.

Figura 2- Sumário da obra Em Legítima Defeza (1937)



SUMARIO

APRESENTAÇÃO — Prof. Dario Vellozo
 PREFACIO — Dr. Pamphilo Assumpção
 A RAZÃO DESTA BROCHURA
 O ANTISEMITISMO
 O ANTISEMITISMO NO BRASIL
 O PRETENSO COMUNISMO DOS JUDEUS
 OS JUDEUS NA REVOLUÇÃO RUSSA
 A BALELA DOS SABIOS DE SION
 OS PROTOCOLOS E GUSTAVO BARROSO
 CONCLUSÃO
 APENDICE

Fonte: Acervo Pessoal de Gizele Zanotto

No segundo capítulo, Schulman aborda o tema “O Antissemitismo”, no qual discorre, de sobre o significado e as formas pelas quais os judeus eram perseguidos. O termo antissemita significa a aversão aos semitas, porém na realidade é aplicado na forma de combate ao judaísmo. O fanatismo religioso, a conspiração de “bode expiatório” gera o antagonismo entre as raças - lembrando que à época a raça branca não abraça fraternamente as outras raças, o racismo hitleriano atingiria a todos os povos -, e para Schulman, a vítima de todo o seu ódio seriam os judeus. Afora a obra ser destacada a essa etnia, lembramos que o genocídio hitlerista também foi voltado a ciganos, homossexuais, Testemunhas de Jeová, opositores políticos e outros grupos.

O terceiro capítulo explana sobre “O Antissemitismo no Brasil”. Neste capítulo Schulman faz uma análise sobre a situação do incentivo as ações antijudaicas no Brasil, por

meio dos folhetos que eram impressos no exterior, segundo sua análise, evidenciando que a origem se delatava pelo idioma dos textos difundidos. Relata que as livrarias decoravam suas vitrines, para anunciar a chegada dos folhetos estrangeiros antissemitas. Destaca também que a questão judaica no Brasil não é uma questão genuína e sim uma questão alheia, introduzida a força neste país por meio de propagandas estrangeiras que circulavam livremente. Nas conversas, segue o autor, era corriqueiro que falassem que o preconceito sobre os judeus não se voltava àqueles que eram nascidos no Brasil, mas sim aos judeus internacionais. Faz menção às consequências das campanhas antissemitas as massas populares, e bem como a forma com que a ingenuidade estaria sendo manipulada para gerar animosidade e desconfiança sobre este grupo étnico.

Seguindo, o quarto capítulo aborda “O pretense comunismo dos judeus”. Schulman descreve que ligavam os judeus aos comunistas, sendo que os estudiosos do comunismo eram Marx e Engels, ambos de origem judaica. Schulman, apresenta uma contradição presente na interpretação dos judeus. Na mentalidade dos antissemitas todos os judeus são capitalistas, na compreensão deles são exclusivamente utilitaristas e que não possuem outro ideal, senão o de explorar a humanidade e desfrutar das riquezas e bem existentes no mundo. Desta forma, é impossível achar que um judeu que estando tão bem dentro de um regime capitalista, iria arriscar tudo a um regime que põem por terra toda a própria propriedade privada.

Dando continuidade, no quinto capítulo sobre “Os judeus na Revolução Russa”, Schulman aborda a facilidade com que os antissemitas tinham em demonstrar que a culpa era única e exclusiva aos judeus, como a Revolução Russa. Porém poderiam sim haver judeus revolucionários, mas não eram os únicos, as outras nacionalidades como armênios, gruzinos, lituanos e poloneses. A Revolução Russa foi feita pelos russos, e orientadas pelos seus intelectuais, que no início reivindicava apenas por um regime democrático, no molde dos regimes da Europa Ocidental. Schulman discorre como era a vida dos judeus na Rússia, que não possuíam igualdades de direitos. Não possuíam direito a terras, mesmo que construíssem suas casas, o chão não os pertencia, assim como não tinham o direito de ocuparem um emprego público. Na educação existia uma norma especial aos judeus, aonde apenas uma minoria insignificante podia frequentar as escolas. Em 1883, decretou-se a lei que proibia os israelitas de se estabelecerem em aldeias, não possuindo garantias de vida, e muito menos de bens. As leis opressoras multiplicaram-se, as perseguições religiosas e políticas tornaram-se mais intensas, atividades antissemitas ganhavam espaço como nunca antes vistos.

No sexto capítulo sobre “A Balela dos Sabios de Sion”, neste trecho do livro Schulman traz a sua concepção sobre “*Os Protocolos dos Sabios de Sion*”, compara o livro a um “maravilhoso tesouro”, que revela o segredo das ilimitadas forças que os judeus possuem por serem membros de uma misteriosa organização para segurar em suas mãos o mundo todo. Assim, o que faz o leitor acreditar nisso? Pois os antissemitas querem a qualquer custo forçar que se acredite fielmente que cada israelita possui um poder mágico para subverter um país. Afinal representa uma mistificação que o Antissemita Internacional que criou fazendo comentários pseudo – eruditos; o Judeu Internacional seria para Schulman uma ficção, criada pelos delírios de pessoas doentias.

O capítulo mais longo de sua obra é “Os ‘Protocolos’ e Gustavo Barroso”. Nessa parte da produção o autor analisa produção de Barroso, assim como a sua posição antissemita. Questiona-se os protocolos como elemento de uma possível conspiração, a classificando como uma falsificação literária. Schulman se questiona “são ou não são autênticos aos Protocolos?” (SCHULMAN, 1937, p. 58). Nesse ponto se tratava muito além de uma resposta, tratava-se de uma veracidade do próprio plano de desmantelamento do mundo encabeçada pelos judeus. Schulman destaca a seguinte contradição: como um povo disperso pelo mundo – como era o judeu na época: um povo apátrida, nômade, sem nação – poderia se unir para destruí-lo? (SCHULMAN, 1937, p. 62). De outra parte, Barroso defende que,

Não ha, com efeito, povo mais inclinado às enfermidades mentais e nervosas do que os judeus". "O judeu, único semita que a civilização cristã conhece, provoca a repulsa, o temor, o ódio ou o desprezo universal, ora mais, ora menos. Esse fenômeno psicológico, só se pode explicar pelo sentimento de todo ente são em presença de alguma coisa informe, doentia e incompleta...(BARROSO, 1936, p. 137)

Motta destaca o papel de Gustavo Barroso como grande disseminador do mito da conspiração judaico-comunista no Brasil: “Grande admirador de Hitler, inspirou-se no pensamento do chefe nazista e no texto dos “*Os Protocolos dos Sabios de Sion*” para compor seu próprio arsenal argumentativo contra os judeus” (MOTTA, 1998, p.07). Barroso camuflaria os elementos raciais de seu discurso por meio de uma roupagem política, uma vez que diluída sua matriz rracica numa crítica ao comunismo, o que permitiria ao líder das milícias integralistas não entrar em conflito aberto com outras correntes de pensamento da doutrina do Sigma, quesito

importante para um movimento que tentava se distanciar do racismo propondo uma integração racial. Barroso na publicação do conteúdo antissemita, uma vez que já era autor renomado na vida intelectual brasileira, o que lhe permitiu uma maior divulgação de seus escritos propagandísticos, não ficando apenas restritos a pequenos círculos, como a maior parte da literatura antissemita da época, assim como o a instrumentalização do mito do complô judaico-comunista, na qual Barroso dissimularia seus ideias racistas, discurso que é apropriado pelo governo Vargas para legitimar a implantação do Estado Novo em 1937 (JESUS, 2011, p. 200).

Gustavo Adolfo Luíz Guilherme Dodt da Cunha Barroso nasceu na cidade de Fortaleza, Ceará, no dia 29 de dezembro de 1888, filho de Antônio Filinto Barroso, pertencente à uma tradicional família cearense em declínio econômico, e de Ana Dodt Barroso, descendente de imigrante alemão. Seus primeiros estudos se deram no colégio laico Partenón Cearense, em 1898. Seu curso secundário foi no Liceu do Ceará, em 1899, ingressando na Faculdade de Direito do Ceará em 1907. Gustavo Barroso vivenciou e registrou como poucos esses períodos vertiginosos da nossa história. Por meio de seus livros, contos, crônicas, romances, ensaios e de sua atuação como deputado federal, buscou interpretar e ordenar as mudanças históricas que vivenciava, tendo sua escrita um papel estratégico para a compreensão das tensões e dinâmicas do prelúdio republicano. São textos e falas que dialogam com outros discursos do seu tempo e com discursos que o precedem, registrando a mudança de uma antiga sociedade rural baseada na personalidade, no paternalismo e na inviolabilidade senhorial, para uma sociedade urbana, atravessada pelo anonimato do capital, pela invasão dos agentes do Estado e pela quebra de hierarquias sociais. São discursos que fabricam tempos, espaços e corpos (in) desejáveis que dizem respeito não só ao Brasil da Primeira República (COSTA, 2009, p. 61).

Intepretação barrosiana da história nacional, feita durante sua inserção na Ação Integralista Brasileira, é marcada pela teoria da conspiração judaica e por uma doutrina racista que dialogava em vários aspectos com a doutrina nazista. Nesse sentido, acreditamos que Barroso procurou subsumir a história do Brasil, segundo o critério de ação benéfica do grupo racial branco-cristão e da ação destruidora do grupo racial semita, ou seja, uma teoria que pressupõe origens distintas das raças, uma visão poligênica (DANTAS, 2015, p. 78).

Quando entrei para o Integralismo, era já um escritor mais ou menos, com algumas dezenas de obras publicadas. O meu público poderia atestar que eu nunca escrevera uma palavra contra os judeus. Sabia alguma coisa a respeito da questão, mas

não o bastante para me imprimir uma atitude espiritual. Foi o Integralismo que me tornou anti-judaico. A primeira pessoa que comigo conversou profundamente sobre o judaísmo foi o Chefe Nacional. A segunda o companheiro Madeira de Freitas, que me emprestou para ler a edição francesa dos “Protocolos dos Sábios de Sião”, obra que eu não conhecia. Os estudos para a feitura do livro “Brasil-colônia de banqueiros” desvendaram-me os últimos mistérios da organização secreta do judaísmo. Passei, então, a dar-lhe combate, baseado na nossa doutrina e na palavra de Plínio Salgado (BARROSO, 1937, pp. 161-162).

Barroso procurava mostrar didaticamente para seus leitores um retrato fiel da situação que o Brasil vivia e quais as medidas para salvá-lo da ameaça iminente. Assim ele fala de princípios naturais da terra, colocando-a como um organismo vivo: o Brasil e o mundo estavam doentes, infectados pelo “parasita do comunismo” e “pelo veneno inoculado do positivismo”, cuja única cura “quer o doente queria ou não” seria “impor nossa medicina” (BARROSO, 1933, p. 110, 112). “Porque – não se iludas- os tempos são chegados de Morte ou da Vida! E a Revolução Brasileira, Grande e de Verdade, a que ainda está por fazer, a dos espíritos: sempre maior que a das causas, essa principia com as nossas idéias!” (BARROSO, 1933, p. 51).

A obra *Os Protocolos dos Sabios de Sion* (1936), possui uma história complexa e controversa. A obra foi criada por um grupo de pessoas antissemitas para promover o ódio contra os judeus, assim para a criação foram realizadas supostas 24 reuniões secretas entre os “Sábios de Sião”, onde discutiam seus planos, incluindo estratégias para enfraquecer governos a manipulação a opinião pública, controlar a economia e a mídia, assim como outros aspectos da sociedade. Essas estratégias são apresentadas como sendo realizadas por uma conspiração judaica internacional.

À vista disto, a obra se faz infame por seu alto teor de antissemitismo. Retrataram os judeus como uma ameaça global, descrevendo-os como uma força secreta e poderosa que buscava a dominação global. A utilização de estereótipos negativos e conspirações infundadas para incitar o ódio contra os judeus reforçando noções de controle global e manipulação das massas. Mesmo com as comprovações de falsificações, os Protocolos tiveram um impacto permanente na sociedade, sendo utilizada como base para propagandas antissemitas. Durante o regime nazista de Adolf Hitler e de outros tantos líderes nazistas fizeram o uso da obra para justificar a perseguição aos judeus, contribuindo para o Holocausto e para um dos períodos mais sombrios da história da humanidade.

Para os judeus, o único direito é a força; o liberalismo destruiu entre os cristãos a religião e a autoridade; o ouro se acha nas mãos de Israel e, pelo ouro, êle se apoderou da imprensa e da opinião, que mandam nos governos dos Estados democráticos. O público nem desconfiará disso. Todos os jornais editados por nós terão, aparentemente, tendências e opiniões as mais opostas, o que despertará a confiança neles e atrairá a eles nossos adversários confiantes, que cairão na armadilha e se tornarão inofensivos (BARROSO, 1936, p.07)

Assim em resposta ao Gustavo Barroso em *Os Protocolos dos Sabios de Sion* (1936), Schulman se utiliza de um capítulo – “A balela dos Sábios de Sion”: um capítulo irônico, aonde o autor pode ter encontrado o caminho para o grande plano de sua vida, a qual tinha permanecido oculta por mais de cinquenta anos. A resposta é:

- Alô, bureau do Judeu Internacional? Aqui fala Schulman!
- ???
- Dos verdadeiros Schulmans, neto do Rabi Schulman que fez parte do Congresso dos Sabios de Sion
- Queira desculpar, não podemos atendê-lo, no momento. Estamos atarefadíssimos.
- O caso é muito importante, e de extrema urgência.
- Nem por isso. Andamos preocupados com mil e uma tramóias internacionais, a ponto de nem termos tempo de respirar. É que as nossas revoluções não vão nada bem. (...) Urgem novas medidas, nova estratégia e novos planos de ação!...
- É justamente por isso! Agora vem a propósito meu plano! O paiz em questão é o Brasil. Paiz excelente! Dos melhores do mundo! Tem de tudo...tem café, tem algodão, tem borracha e, principalmente, uma infinidade de minas de ouro, de platina e muitos diamantes!
- Como? Ouro e diamantes? Um instantinho, já vem o chefe-mór para atendê-lo.
- Alô! Quem fala? Schulman, dos verdadeiros Schulmans? Suas credenciais, sua senha?
- Tachreck! (minha senha cabalística)
- Muito bem! E como pretende realizar o plano?
- Simplesmente, da maneira tradicional: organizarei todos os nossos irmãos do paiz, para ocuparem os pontos mais estratégicos, desencadearmos a revolução por todos os pontos do território e, quando a confusão chegar ao auge, tomarei eu as rédeas do poder e lá se foi o Brasil! Todas as minas de ouro e todos os brilhantes estão em nossas mãos!...
- Ótimo! Genial mesmo! Eis a senha para o banco de Rotschild: “Cherubim”, equivale e um cheque de um milhão de libras para

começar. Quando necessitar de mais, avise. Estamos à disposição! Schalom!... (SCHULMAN, 1937, p.52, 53)

Analisa do antissemitismo, Carneiro aponta que “o discurso anti-semita veiculado no Brasil entre 1930 e 1945 reunia atributos que, no seu conjunto, transformavam o judeu em um ser parasita, indigesto” (CARNEIRO, 2010, p.223) Carneiro reconhece em Barroso um antissemita de “corte moderno”, mais próximo ao Nazismo do que simpatizante a um antissemitismo de traço clássico, de ligação cristã. Se o racismo assimilado pela elite intelectual e política brasileira a partir das três últimas décadas do século XIX, veremos não apenas a continuidade da mentalidade conservadora da elite brasileira apelando para critérios racistas, como também discursos radicais sobre aquilo que era considerado uma “raça indesejável”. Era evidente a preocupação de um Brasil que combatia uma economia agrária, preocupado com a mecanização de corpos e de almas, estereotipando e marginalizando todos os problemas nacionais sobre a figura do judeu, postura de vários intelectuais, dentre estes, de Gustavo Barroso (LENHARO, 1986, p.150).

Retomando *Em legítima defesa*, percebe-se que a estrutura narrativa e o estilo de escrita do livro de Schulman são destaque. O autor utiliza uma abordagem envolvente, cativando o leitor desde o início. A organização dos capítulos é coerente, permitindo uma compreensão clara e sequencial da história e dos temas explorados. O livro traz contribuições significativas para o campo de estudos sobre identidade judaica e preconceito. Ao abordar a legítima defesa como uma resposta à discriminação, o autor oferece *insights* profundos sobre a importância da resistência e da afirmação da própria identidade. A obra estimula reflexões sobre como as pessoas podem se posicionar e lutar contra o preconceito, independentemente de sua origem étnica ou religiosa.

Schulman ainda observaria e denunciaria certa passividade da comunidade judaica que, não encontrando espaço para realizar sua defesa, permaneceu inerte perante os ataques do governo estado-novista e da sociedade. Schulman destaca, também, que uma severa censura sobre a imprensa escrita impediria manifestações a favor dos imigrantes judeus. A comunidade judaica viveu o Estado Novo amedrontada e impotente, frustrando qualquer expectativa de melhoria de vida através da imigração (CARNEIRO, 1988, p.26-28).

Em suma, *Em Legítima Defesa: A Voz de um Judeu Brasileiro* é uma obra valiosa que traz à tona questões relevantes e oferece uma perspectiva única sobre a experiência de um judeu

brasileiro diante do preconceito. Sua análise contribui para uma compreensão mais profunda e empática das lutas enfrentadas por essa comunidade, bem como para o desenvolvimento de um diálogo mais inclusivo e respeitoso em nossa sociedade. No geral, o imaginário do antissemitismo é uma construção complexa que tem raízes históricas profundas. Ao longo deste capítulo, exploramos as várias facetas desse fenômeno, desde suas origens históricas até as formas contemporâneas de expressão. Observamos que o antissemitismo se baseia em estereótipos negativos e preconceitos arraigados contra os judeus, alimentados por teorias da conspiração, mitos e propaganda de ódio. O imaginário antissemita é permeado por uma série de representações distorcidas e difamatórias, que retratam os judeus como uma ameaça, manipuladores financeiros, usurpadores de poder ou bodes expiatórios convenientes para as crises e problemas sociais. Observamos também como o antissemitismo tem sido utilizado como uma ferramenta política, empregada por regimes autoritários e extremistas para mobilizar as massas e justificar a opressão, perseguição e até mesmo o genocídio dos judeus. Concluindo, embora o imaginário do antissemitismo ainda exista e apresente desafios significativos, é essencial continuar a desafiar e confrontar essa forma de ódio. A educação, o diálogo intercultural e a promoção dos valores de igualdade e respeito são fundamentais para combater o antissemitismo e construir um mundo mais inclusivo e harmonioso para todas as pessoas.

III – O ANTISSEMITISMO NA IMPRENSA (1930 A 1945)

A análise de periódicos é de extrema importância para a compreensão e interpretação de tempo e espaço de uma sociedade. Os jornais são considerados fontes primárias, fornecendo informações valiosas sobre eventos, acontecimentos, opiniões e perspectivas da época em que foram publicados. Através dessa análise, os historiadores e pesquisadores podem obter uma visão direta do passado, acessando relatos contemporâneos dos eventos. Essas fontes são fundamentais para a reconstrução dos contextos históricos, permitindo uma compreensão mais profunda dos períodos estudados. Se torna possível identificar tendências, mudanças sociais e culturais, bem como examinar as representações e percepções da época. Os jornais são reflexos da sociedade em que foram publicados. Com base nessa investigação pode-se revelar como a mídia influenciou a opinião pública e moldou os discursos em determinados momentos históricos. Essa compreensão crítica do papel da mídia é importante para avaliar o impacto das informações e o poder da narrativa na formação da sociedade.

Ao selecionar o texto jornalístico como sua fonte de pesquisa, o historiador deve levar em conta que sua fonte não é um documento “puro e cristalino” que contenha todas as verdades. É importante dialogar com essas fontes, fazer entrecruzamentos com outras informações e, às vezes, buscar as razões do seu silêncio ou de sua omissão. Acima de tudo, o historiador procura manter o seu olhar crítico, pois considera que a objetividade da notícia de um texto jornalístico é “vista como uma falácia, até para o mais ingênuo dos profissionais” (BARBOSA, 1998, p.85). No momento em que seleciona, hierarquiza e prioriza esta ou aquela informação – a partir de critérios subjetivos –, “que o [que] jornalismo está fazendo é uma seletiva reconstrução do passado”. Então, o historiador, consciente da forma de concepção do texto jornalístico, pretende manter um constante diálogo com sua fonte para poder melhor compreender o passado que quer reconstruir (BARBOSA, 1998, p. 88). Segue a autora,

Na verdade, o que aproxima o ofício do jornalista ao trabalho do historiador é o olhar com que deve focar os fatos. Não se procura a verdade dos fatos, mas tão somente interpretar, para, a partir de uma interpretação –onde não se nega a subjetividade de quem a realiza –tentar registrar um instante, no caso do jornalismo, ou recuperar o instante, no caso do historiador (BARBOSA, 1998, p. 187).

Stephanou (2001, p. 35), traz que o historiador que se dispõe a utilizar a imprensa como fonte deve compreender os métodos utilizados na atividade jornalística, no processo de construção de tais acontecimentos. É preciso que o pesquisador veja as matérias que cercam aquela que está sendo pesquisada, analise a publicação como um todo, inclusive na disposição gráfica das notícias. “O texto é uma narrativa intencional, uma produção de sentido, não um conjunto de verdades”. Assim, o historiador, ao interpretar o conteúdo discursivo, tem de considerar contingências sociais e políticas do momento específico da sua produção e a interpretação individual de quem escreve,

O jornalista procede de uma interpretação, na qual a subjetividade está sempre presente, por isso é preciso enxergar nos textos a sua carga de temporalidade. Por outro lado, opera a seleção do relevante, colaborando com a transformação do imediato em perene. É preciso ler os textos na sua complexidade, distinguindo entre o fato (o real acontecido) e a notícia (o real reconstruído) (STEPHANOU, 2001, p. 44).

Segundo Zicman, existem dois campos que unem a história e a imprensa. O primeiro é a “imprensa através da história”, que engloba os trabalhos históricos que utilizam a imprensa como fonte primária para a pesquisa histórica. O segundo é a “História da Imprensa”, que busca reconstruir a evolução histórica dos órgãos de imprensa e levantar suas principais características para um determinado período histórico (ZICMAN, 1985, p. 89). De acordo com a autora, a imprensa é importante para o historiador, pois “é rica em dados e elementos, e para alguns períodos é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc.” (ZICMAN, 1985, p. 90).

Os periódicos utilizados nesta pesquisa encontram-se na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, com ampla possibilidade de acesso. A Hemeroteca Digital Brasileira, possui um vasto acervo de periódicos de jornais do país, incluindo os primeiros jornais criados no país. Foram utilizadas as seguintes palavras chaves para a escolha das reportagens: “Antissemitismo”, “Antissemita”, “Judeus”, “Judeus na Era Vargas”. Compreende-se que as notícias encontradas não são de fato o suficiente para a magnitude deste trabalho, porem trazem em seus enredos as formas de disseminação ao preconceito judaico, mesmo que esporádicas mostram que de fato havia perseguição aos judeus.

O periódico norteador da presente pesquisa o jornal *Correio do Povo* (1937 a 1945) de Porto Alegre/RS, que demonstra ainda o antissemitismo disseminado pela imprensa porto-alegrense, em matérias de jornais como *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* (1938 a 1945) que também tem sua sede em Porto Alegre/RS. Mediante as páginas dessas publicações, as matérias antissemitas criaram o “clima” propício para legitimar os interesses do Estado Novo, criando a imagem do judeu como pernicioso enquanto imigrante, campanha antissemita que o governo buscava edificar. Poucos periódicos divulgavam abertamente o antissemitismo.

Jornal sul rio-grandense *Diário da Manhã* foi fundado em Porto Alegre no 1º de outubro de 1895 por Francisco Antônio Vieira Caldas Júnior ainda hoje está em circulação. Destacou-se como órgão independente de vinculações partidárias, embora conservador, gozando de grande prestígio na imprensa do sul do país. O *Correio do Povo* surgiu dois meses após o término da Revolução Federalista em 1895, que durante três anos opôs republicanos e federalistas no Rio Grande do Sul. Procurando firmar uma posição de alheamento partidário, em seu primeiro número o editorial declarava como “independente, nobre e forte”, e prometia não se deixar escravizar, por “cogitações de ordem subalterna” (DILLENBURG, 1997, p.196).

De acordo com Caldas (1987, p.78), a articulação do *Correio do Povo* com as elites agrárias — era o jornal lido pelos estancieiros — seria interpretada posteriormente pelo jornalista João Antônio Mesplé, como uma prova do interesse exclusivo do jornal pelas questões pertinentes às “classes produtoras”, o que muitas vezes o teria impedido de “descer” ao “debate político”. A política sul rio-grandense do momento era dominada pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), fundado por Júlio de Castilhos, e tinha sua oposição no Partido Federalista (PF), que se integraria mais tarde na Aliança Libertadora, origem do Partido Libertador (PL). Em seus primeiros tempos, ainda que mostrasse ligeiras tendências oposicionistas, o *Correio do Povo* na maior parte das vezes manteve-se neutro em relação ao situacionismo. Eventualmente teceu críticas ao governo estadual, todas, no entanto, de caráter moderado.

O jornal *Diário de Notícias*, foi fundado em 01 de março de 1925, sob a direção de Francisco de Leonardo Truda, Raul Pilla, Adroaldo Mesquita da Costa, João Pedro Moura e outros. A trajetória do *Diário de Notícias* está diretamente relacionada com a história política do estado e do país. Durante sua existência competiu diretamente com o *Correio do Povo* (tido como mais conservador) pelo mercado de jornais no estado, tendo superado sua tiragem em algumas ocasiões. O *Diário de Notícias*, como era chamado informalmente, foi impulsionador

do movimento literário modernista no Sul do país, divulgador da Revolução de 1930 (FRANCO, 2006, p.145).

Fundado em 1901 pelo advogado Edmundo Bittencourt no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* foi considerado um dos mais importantes jornais do Brasil no século XX. Por seu caráter, liberal e independente, fez parte de momento marcantes da história recente do país, como os governos de Getúlio Vargas, João Goulart e a ditadura civil-militar instaurada em 1964. Conhecido por sua linha editorial opinativa, acabou fechando suas portas por resistir às restrições às liberdades importas pelo Ato Institucional nº 5, de 1968. “Nos seus últimos anos, posicionou-se contra o governo militar instaurado com o golpe de 1964. Tal postura teria contribuído para o seu fechamento, após 74 anos de existência” (GARZONI, 2011, p.159)

Para a análise dos periódicos, vamos nos basear nos estudos de Vieira, Peixoto & Khoury (1995) que, em texto sobre procedimentos do fazer histórico, trazem digressões sobre história e imprensa. Essa análise busca discutir como aconteciam os ataques aos judeus durante o governo de Getúlio Vargas em 1930 a 1945, a partir da imprensa estadual. Visamos trazer elementos de como essa prática era disseminado em meio a sociedade conservadora da época. O primeiro jornal analisado foi o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Diário da Manhã* divididos em tabelas para a melhor compreensão de cada fragmento de notícia, contento a presença de antissemitismo e preções políticas e sociais. Para tanto, nos baseando em Vieira, Peixoto & Khoury (1995) reunimos informações sobre as reportagens dos jornais e os distribuimos em tabelas de dados, organizadas nas seguintes informações: Representação do real (diagnóstico); Caminhos; Propostas e Destinatário/Observação. Desta forma conseguiremos tratar de como a publicação constrói a realidade e como pretende alterá-la/reforça-la ante seu público leitor.

Assim, o jornal *Diário da Manhã* de 1930, traz uma abordagem na página 06, sobre “Procopio e sua companhia”, informe acerca de uma companhia de teatro e comédia, porém, que não era bem aceita, e traz a seguinte passagem, “chorar lagrimas de pena como judeus velhos em frente ao muro das Lamentações”, fazendo alusão aos personagens que chorariam durante os espetáculos, porém trazendo de forma sarcástica a insinuação antijudaica. Seguindo, no jornal do *Correio do Povo*, em 22 de dezembro de 1934, na página 05, há uma passagem em forma de recado para os judeus, “não façam cerimoniais, ameaças de judeus não nos causam medo. Há muito que esperamos a oportunidade de pegar pelo nariz e trazer a público”. Ambas

as passagens de jornais renomados divulgando abertamente falácias antissemitas, incentivando o seu público leitor a se direcionar aos judeus de tal maneira.

Em 20 de abril de 1935, no *Correio do Povo*, enfatiza o seguinte artigo: “Republicanos e Comunistas”, o autor desconhecido desta matéria destaca a seguinte passagem, “Somos e continuaremos a ser republicanos e temos muita honra nisso. Não somos judeus de má fé, que mudam de camisa todos os dias”. A postura antissemita caracteriza-se pela generalização das ações individuais – exercidas por indivíduos singulares – para todo o povo judeu, partindo do pressuposto de que o comportamento individual é determinado pela raça à qual o indivíduo pertence. Dessa forma, não se leva em consideração os condicionamentos sociais, políticos e econômicos das ações, explicando tudo pelo viés racial (CARVALHO, 1990, p.100).

O jornal *Correio do Povo*, de 14 de março de 1936, apresenta o artigo “União”, e traz um relato de uma cidade do Rio Grande do Sul, onde Domingos Demarchi, o autor, expõe que para uma união sólida e verdadeira entre judeus e brasileiros não há outra saída a não ser sacrificar o orgulho. Porém, para isso os brasileiros têm de deixar de considerar os judeus parasitas famintos, hipócritas. A aceitação do imigrante acaba sendo ignorada pelos preconceitos formando diante de propagandas antissemitas divulgadas de forma gradativa entre as pessoas. No ano seguinte *Correio do Povo*, divulga “Os judeus no integralismo”, destacando que o então Deputado Plínio Salgado traz em seu discurso a célebre acusação de vínculo entre os semitas e o comunismo, à época tido como grande mal: “o comunismo é doença judia, invenção dos judeus para melhor chegarem na dominação mundial. Os judeus se infiltram em outras seitas ou agremiações para dominar”. Sobre esse ponto, Arendt afirma: “os antissemitas estavam convencidos de que a pretensão de tomar o poder absoluto não era coisa senão aquilo que os judeus já haviam conseguido, e que seu antissemitismo era justificado pela necessidade de eliminar os reais ocupantes dos postos de mando: os judeus” (ARENDR, 1983, p. 60). Esta leitura de domínio mundial, como visto, alinha-se a produção do livro *Protocolos dos Sábios de Sião*, livro produzido para legitimar a perseguição aos judeus na Rússia, inicialmente, mas que pela difusão internacional e acrítica da obra – produção de propaganda -, acabou e acaba sendo mobilizada em vários contextos para referendar essa tese, e a necessária atenção ou mesmo perseguição aos judeus, segundo seus opositores.

Em reportagem de 1936 do *Correio do Povo*, temos um artigo mais detido ao antissemitismo que, seguindo Vieira, Peixoto & Khoury (1995), vamos analisar a partir do seu tabelamento.

Tabela CP - O antissemitismo no *Correio do Povo*

Correio do Povo – 06 de maio de 1938 – Publicação do livro <i>A Questão Judaica</i> , p. 05.			
Representação do real (diagnostico)	Caminhos	Propostas	Destinatário/Observação
<ul style="list-style-type: none"> -Questão judaica no Brasil, especificamente no RS; -Movimento Integralista; -Opinião nacional, de concordância diante dos judeus; -A perseguição direta e indireta; -Antijudaísmo por serem uma “raça” impura; - Parasitismo de Israel. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disseminação do antissemitismo; - Manipulação das massas; 	<ul style="list-style-type: none"> -Prevenção ao comunismo; -Branqueamento; -A busca dos judeus pela dominação mundial; -Ditadura. 	<p>Destinatário:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Todos os leitores; -Os apoiadores do Integralismo; -Judeus. <p>Palavras chaves:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Opinião nacional – provoca a manipulação da sociedade em prol do incentivo do antissemitismo. -A questão judaica – a procura pela dizimação da “raça” impura. <p>Associação de ideias:</p> <p>Movimento Integralista = regime ditatorial = manipulação das massas</p> <p>Antissemitismo = Movimento Integralista = regime ditatorial = manipulação das massas</p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>Imposição ao antissemitismo e a perseguição, em busca do branqueamento da nação brasileira.</p>

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

O presente artigo, traz a presença da opinião nacional como chave para a disseminação do antissemitismo divulgado pelos jornais. A busca pelo branqueamento, instaurada pelo governo Getúlio Vargas, vem ao encontro da defesa de uma ditadura para a criação da nacionalidade almejada, como em países ocidentais. Os judeus viviam com a perseguição de forma direta e indireta; eram lembrados constantemente por serem o “parasitismo”. O texto divulga a obra *A Questão Judaica*, e destaca a forma como o integralismo queria que a sociedade olhasse para a comunidade judia, visando a manipulação das massas em busca de mais simpatizantes ao integralismo. No capítulo II *Em Legítima Defesa*, já vimos parte dessa proposta com a análise de Schulman sobre o pensamento de Gustavo Barroso, que usava o Integralismo para convencer as pessoas sobre a “raça ruim” dos judeus.

O governo Vargas, porém, tinha vários pontos de contato com o fascismo, e um exemplo foi o racismo, expresso na política de imigração que visava restringir a entrada de determinadas minorias étnicas. Contudo, o discurso racial já estava presente entre as elites brasileiras desde

o final do século XIX, em virtude da influência das doutrinas racistas europeias, que pregavam a superioridade da raça branca em relação às demais raças. Muitos pensadores do período manifestavam preocupação com o futuro do Brasil devido à miscigenação racial aqui existente, pois, de acordo com a doutrina racista, a mistura de raças levaria à degeneração do povo. Alguns defendiam a teoria do branqueamento, por acharem que a miscigenação poderia levar ao predomínio da raça branca ao final do processo, sendo da opinião, portanto, de que a miscigenação não era algo tão negativo para o futuro do país (SCHWARCZ, 1993, p. 320).

Tabela DN - Fechados Centros Sionistas no Diário de Notícias

<i>Diário de Notícia – 04 de agosto de 1938 – Vão ser dissolvidos os Centros Sionistas do Brasil, p. 03.</i>			
Representação do real (diagnostico)	Caminhos	Propostas	Destinatário/Observação
-Dissolvidos os Centro Sionistas do Brasil, e no RS; - Repressão política; -Censura; -Criação de uma nacionalização totalmente brasileira.	-Nacionalismo; -Regime ditatorial; -Restrições de espaço.	- Fechar qualquer grupo de estudos fundada pelos imigrantes; -Perseguição; -Controle dos judeus.	Destinatário: especificamente aos judeus e aqueles que são a favor das perseguições e antissemitismo. Palavras chaves: -Restrições; -Nacionalismo; -Repressão política. Associação de ideias: -Fechamento dos Centros Sionistas = prejudicar judeus = censura = Regime Ditatorial. ↓ A referência a repressão política e a censura sugerem o antissemitismo disseminado pela sociedade buscando um nacionalismo fechado diante do seu governo.

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Ao explorar o jornal, a matéria retrata a busca do governo de Vargas para o fechamento dos Centro Sionistas do Brasil e no Rio Grande do Sul. Na tabela apresentada acima, foi tabelada a notícia e interpretada de forma com que conseguíssemos identificar o discurso divulgado. É evidente as dificuldades impostas pelo governo da época, com as restrições de espaços, por conta da repressão política e pela censura que o Regime Ditatorial estava se instaurando. Os Centros Sionistas eram grupos para estudos de suas culturas, porém durante o

governo de Vargas, foi proibida qualquer manifestação que não fosse brasileira, nacional e nacionalista.

A política imigratória brasileira sempre buscou e incentivou a vinda de imigrantes para o país, como mão de obra e também como fator primordial para a composição racial da população brasileira. Ao longo de sua história, a política imigratória deu preferência ao imigrante branco europeu. No século XIX, existia a preocupação em exercer certo controle daqueles que entravam no país, que perdurou até a década de 1920. Com o início do governo Vargas, o Estado intervencionista passou a endurecer cada vez mais as restrições aos imigrantes através de legislação específica (CARVALHO, 1990, p.203).

Figura 3 – Integralistas e os judeus no *Correio da Manhã* (1938)

“ESPERAMOS AS SUAS INSTRUCÇÕES”

Assim se expressou o sr. Gustavo Barroso, com ordem do sr. Plínio Salgado, em carta a uma associação estrangeira

Divulgamos, em seguida, a tradução de uma carta atribuída ao sr. Gustavo Barroso, commandante chefe da “milícia nacional” integralista, e dirigida á Aliança Racista Européa, em Berlim, publicada no “Reichswart”, conforme se vê pelos clichés que aqui reproduzimos. Num delles, vê-se o cabeçalho do órgão berlinense, e, no outro, a reprodução photographica da missiva com a assignatura do sr. Gustavo Barroso, que o mesmo



O cabeçalho da “Reichswart”, de Berlim

Wurttemberg, de uma familia de Stuttgart) e morreu pouco depois de eu ter nascido, pelo que eu tenho ouvido falar pouco o alemão.

O movimento do sr. Fabrino não se devia tomar a sério. Faltava-lhe a força moral. E ella não existe mais.

O nosso movimento integralista fortifica-se de dia a dia. Vou-lhe mandar publicações e photographias, pelas quaes podereis verificar o progresso alcançado. O nosso trabalho

Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira

Em 10 de novembro de 1938, iniciou-se um regime de censura rigorosa, com um censor instalado no jornal lendo todas as matérias antes de sua veiculação – se aprovadas. Nesse período, resultou em artigos com uma mensagem política tão sutil que muitas vezes seu conteúdo não era apreendido nem pelo censor, nem pela imensa maioria dos leitores. O controle do governo sobre o jornal fez com que este ridicularizasse o fracasso do levante integralista de maio de 1938, em que o líder Plínio Salgado e colega de Gustavo Barroso pediam que “os fascistas do mundo inteiro se unissem contra a influência dos judeus”. Na reportagem, uma carta de Gustavo Barroso ao Partido Nazista, era informado como o movimento dos

Integralistas estava crescendo gradativamente e esperava a provação do alto comando da Associação Internacional Racista Europeia, para dar continuidade nos trabalhos em terras brasileiras. Destaca-se também uma passagem aonde Barroso escreve, “Esperamos suas instruções é útil mencionar que estou de completo acordo com seu ponto de vista (quanto a classificação de judeus)”. Como verificamos no segundo capítulo deste trabalho, Barroso sempre teve sua visão formulada diante dos judeus, como ele mesmo diz: "O judeu, único semita que a civilização cristã conhece, provoca a repulsa, o temor, o ódio ou o desprezo universal, ora mais, ora menos. Esse fenômeno psicológico, só se pode explicar pelo sentimento de todo ente são em presença de alguma cousa informe, doentia e incompleta..."(BARROSO, 1936, p. 137).

Na reportagem “Judeus protegidos” do jornal do *Correio da Manhã* do dia 30 de dezembro de 1938, na página 04, escrito por Paulo Filho, é descrito que os brasileiros não possuem a menos culpa diante dos conflitos econômicos e sociais enfrentados na Europa. Que os filhos de Israel são privados das regalias essenciais de cidadania porem possuem proteção de alguns países, mas porque iriam vir para a América do Sul, especificamente Brasil? Estima-se que cinquenta mil judeus vivem no Brasil, porém a situação em que vivem não se diferencia muito do outro país aonde viviam. Paulo traz também que no Brasil não existe a questão racial, pois são muito inteligentes, patrióticos e humanitários para isso acontecer. Como já destacamos no primeiro capítulo, Carneiro (1988, p.124) lembra que o governo brasileiro se espelhava no modelo fascista na questão social, econômica e política, sublinhando que a perseguição aos judeus era mais um dos pontos em que gerava semelhança entra os governos e Vargas e Hitler.

Dando continuidade, no *Diário de Notícias* de 14 de dezembro de 1940, na página 04, encontra-se a matéria “Raças contra Nações” escrito por George Bernanos. Neste artigo, tratava-se da guerra das raças contra as nações, as raças não podiam se unir sem se corromper, e devem se guardar totalmente intactas, ou seja, apenas ligações entre as próprias raças podia coexistir. Se fossem totalmente puras seriam a superioridade das nações. George aborda que, os judeus não se contentavam em apenas vencer os não judeus, acabavam por exterminar os vencidos, e por isso que a nova “Raça Elite” foi escolhida, a raça alemã que extermina os judeus ou manda as nações os exterminar, assim ajudando a preservar o “sangue puro”. A forma como a exterminação de um povo é debatida num jornal de fácil acesso à população deixa explicita a liberdade de disseminação de antissemitismo, pondo ênfase que existe de fato uma “raça pura”, que eles possuem o poder de determinar quem vive e quem morre, numa legítima necropolítica. Fazendo uma analogia ao segundo capítulo deste trabalho, Shulman afirma que “a questão

judaica no Brasil não é questão genuína e, sim, UMA QUESTÃO ALHEIA, introduzida neste país à força de propaganda” (SCHULMAN, 1937, p.22).

O *Diário de Notícias* de 09 de maio de 1945, traz a notícia de que em Porto Alegre, na redação do jornal, criou-se uma aglomeração de pessoas na porta do jornal, aos gritos de “Getúlio Vargas” e “abaixo os judeus”, que se apossaram dos exemplares da edição extraordinária que acabava de ser entregue nas ruas com a notícia da derrota dos nazistas. O grupo queimou os exemplares e em seguida apedrejaram a redação. O articulista compreende, diante deste fato, que haviam simpatizantes ao nazismo e conseqüentemente eram antissemitas, pois um dos gritos deferidos na mobilização era “abaixo os judeus”, ou seja, declaram-se abertamente a perseguição e o antissemitismo.

Ao longo deste capítulo, analisamos os jornais do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul no período de 1930 a 1945, com o objetivo de compreender o antissemitismo presente na região durante esse período conturbado da história. Uma primeira impressão é de que, afóra a possibilidade de manifestação livre do antissemitismo, não foi tão corrente a difusão de notícias antissemitas pelos órgãos analisados. Embora o número de reportagens seja pequeno, auxiliou, certamente, na composição ou reforço do antissemitismo difuso por outros meios de informação, grupos, partidos, etc. Os jornais analisados apresentaram estereótipos negativos e difamatórios sobre a comunidade judaica, perpetuando ideias conspiratórias e preconceituosas. Identificamos que o antissemitismo nos jornais era influenciado por eventos políticos e sociais ocorridos na Europa e no mundo, como a ascensão do nazismo na Alemanha, do Fascismo na Itália, além das conexões com o contexto da Segunda Guerra Mundial. A propaganda nazista foi amplamente difundida nos veículos de comunicação, alimentando o ódio e a intolerância contra os judeus. Observamos também que o antissemitismo nos periódicos analisados estava interligado a fatores econômicos e sociais, com o ressentimento direcionado aos judeus como empresários e comerciantes bem-sucedidos. Essa dinâmica resultou em discursos que os retratavam como responsáveis pelos problemas econômicos e sociais enfrentados pela região.

É importante ressaltar que o antissemitismo propagado pelos jornais da época teve conseqüências graves para a comunidade judaica, incluindo reforço ou criação de discriminação, perseguição e até mesmo violência física. Esse capítulo ofereceu uma visão crítica dessas representações, destacando a necessidade de reconhecer e confrontar o antissemitismo em todas as suas formas. Olhando para trás, é evidente que o período analisado foi marcado pela disseminação do antissemitismo através dos jornais e outros meios,

contribuindo para a marginalização e opressão dos judeus. No entanto, é essencial aprender com essa história, rejeitar o ódio e trabalhar para construir uma sociedade baseada na igualdade, respeito e tolerância, onde todas as pessoas sejam valorizadas e protegidas, independentemente de sua religião ou origem étnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, analisamos o antissemitismo durante a Era Vargas, que abrangeu o período de 1930 a 1945 no Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, bem como com uma obra em defesa dos judeus, publicada no Paraná. Durante essa época, testemunhamos a ascensão e disseminação de sentimentos antissemitas, impulsionados por diversos fatores históricos, socioeconômicos e políticos.

Em nossa pesquisa, exploramos o imaginário do antissemitismo, estabelecendo uma base para entender como as atitudes em relação aos judeus se transformaram ao longo do tempo. Durante a Era Vargas, notamos um aumento significativo do antissemitismo, alimentado pela influência de ideologias eugenistas, estereótipos negativos disseminados na sociedade e a aproximação do governo com grupos nacionalistas e fascistas. Durante o governo de Getúlio Vargas, também observamos a implementação de políticas antissemitas, como restrições à imigração judaica e discriminação sistemática contra os judeus brasileiros. Além disso, o governo utilizou a propaganda oficial para difundir o antissemitismo, criando um clima de hostilidade e exclusão.

No entanto, não devemos negligenciar as respostas e formas de resistência adotadas pela comunidade judaica frente a essa discriminação como o livro *Em Legítima Defesa: a voz de um Judeu brasileiro*. Movimentos sociais, organizações judaicas e estratégias de sobrevivência foram importantes para enfrentar e superar os desafios impostos pelo antissemitismo durante a Era Vargas. Essas ações demonstram a resiliência e a determinação da comunidade judaica em preservar sua identidade e lutar contra a intolerância. Ainda, enfatizamos o antissemitismo, mas certamente que esse pensar não foi unânime ou majoritário no Brasil, o que explica a manutenção da vivência de judeus no país. O espaço da imprensa foi de divulgação do antissemitismo, cabe a um trabalho futuro ver o outro lado, artigos em defesa dos judeus. À luz dessas análises, torna-se evidente que o estudo do antissemitismo durante a Era Vargas é fundamental para compreender não apenas o passado histórico, mas também para enfrentar o presente e moldar um futuro mais inclusivo. É crucial reconhecer e combater todas as formas de preconceito e discriminação, trabalhando em prol de uma sociedade mais justa e respeitosa.

Os feitos do antissemitismo propagado pelos jornais foram extremamente prejudiciais para a comunidade judaica do Rio Grande do Sul e restante do Brasil. Os judeus enfrentaram discriminação, exclusão social e até mesmo violência física em alguns casos. Suas vidas foram profundamente afetadas pela hostilidade generalizada, dificultando seu desenvolvimento e

bem-estar na sociedade em que viviam, assim a sociedade construiu uma imagem negativa e pejorativa dos judeus, os retratando como uma ameaça à cultura e a sociedade. Concluímos, portanto, que a análise detalhada do antissemitismo durante a Era Vargas oferece uma visão profunda dos eventos históricos, das ideologias envolvidas e das consequências enfrentadas pela comunidade judaica. Essa compreensão nos permite aprender com o passado e nos comprometer a construir um futuro no qual a diversidade seja valorizada e a igualdade seja alcançada para todos.

FONTES

CORREIO da Manhã (1930-1945). Acervo disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO do Povo (1930-1945). Acervo disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO da Manhã (1930-1945). Acervo disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

DIÁRIO de Notícias (1930-1945). Acervo disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

SCHULMAN, Bernardo. **Em Legítima Defeza: A voz de um judeu brasileiro**. Curitiba. 1937.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Eliane Bisan. **Etnicidade, Nacionalidade e Autoritarismo**. Humanitas, Fapesp, São Paulo, 2006.
- ANDERSON, Benedict. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. London: Verso. 1983.
- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo. Anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. Cia das Letras, São Paulo, 1991.
- _____. **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 1983.
- BACZKO, Bronislaw. **A imaginação social**. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Lisboa, 1985.
- BARBOSA, Marialva. **Jornalismo e História: um olhar e duas temporalidades**. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos das; MOREL, Marcos (Org.). **História e Imprensa: homenagem a Barbosa Lima Sobrinho –100 anos**. Anais do Colóquio. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
- BARROSO, Gustavo. **Os Protocolos dos Sábios de Sião**. Agencia Minerva. São Paulo, 1936.
- _____. **O Integralismo em marcha**. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
- BETHLEM, Hugo. **O Vale do Itajaí. Jornadas de Civismo**. José Olympio. Rio de Janeiro, 1939.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. São Paulo, Zahar, 2008.
- BOFF, Ana Vera. et al. **Memoria: imigração judaica no Brasil, no século XX**. Instituto Cultural Judaico Marc Chagall; Museu Judaico. Porto Alegre, 1999.
- BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Vol. 1, 11ª Edição. Editora UnB, Brasília, 2007.
- BORDIEU, Pierre. PASSERON, Claude Jean. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRISSOLI, Filho Francisco. **Estigmas da criminalização: dos antecedentes à reincidência criminal**. Florianópolis, Obra Jurídica, 1998.

BRUMER, Anita. **Identidade em Mudança: Pesquisa sociológica sobre os judeus no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 1994.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CALDAS, Breno. **Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal**. São Paulo, 1987.

CANCELLI, Elizabeth. **A Violência na Era Vargas**. Editora Uniju, p. 202, São Paulo, 1997.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O anti-semitismo na era Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **O Veneno da Serpente**. Editora Perspectiva. São Paulo, 2003.

_____. **O Anti-semitismo nas Américas: Memória e História**. Editora Fapesp. São Paulo, 2007.

_____. **O Racismo na História do Brasil**. São Paulo. Editora Ática, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1990.

CHALANTE, Susana. **O discurso do Estado salazarista perante o “Indesejável” (1933-1939)**, p. 41-63, 2011.

COSTA, Luiz Mário. **Maçonaria e Antimaçonaria: uma análise da “História Secreta do Brasil” de Gustavo Barroso**. Dissertação (Mestrado em História) – UFJF, p. 61, 2009.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Além do Estado e da ideologia: imigração judaica, Estado-Novo e segunda guerra mundial**. São Paulo, vol.22, n. 44, p.393-423, 2002.

DANTAS, Elynaldo Gonçalves. **GUSTAVO BARROSO, O FÜHRER BRASILEIRO: Nação e Identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937**. 1. ed. João Pessoa: Ideia, 2015.

DILLENBURG, Sérgio Roberto. **Correio do Povo: história e memórias**. RS: Ediuf. Passo Fundo, 1997.

FALBEL, Nachman. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. São Paulo: Edusp; Humanitas, 2008.

FERREIRA, Jorge. **O Populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FORD, Henry. **O Judeu Internacional**. Revisão Editora LTDA. Porto Alegre, 1989.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia Histórico de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 2006.

FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital, 2006. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/>.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Tradução de André Nascimento. Rio de Janeiro, Revan, 2008.

GARZONI, Leriche de Castro. **Disputas políticas e disputas por leitores: a criação do *Correio da Manhã* (1898 a 1901)**. Rio de Janeiro, 2011.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 2008, p. 03.

GOMES, Martins. **O Professor Pamphilo D'Assumpção perfil Póstumo**. São Paulo, 1959.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração judaica no Rio Grande do Sul: A Jewish Colonization Association e a colonização de Quatro Irmãos**. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1997.

HENRI-IRÉNÉE, Marrou. **La historia se hace com documentos**. Barcelona, 1999.

HOBSON, John Atkinson. **A Evolução do Capitalismo Moderno**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Tradução Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro, EFGV, 1997.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. **O anticomunismo de Gustavo Barroso: a crítica política como instrumento para um discurso antissemita**. In: RODRIGUES, Cândido Moreira (Org.); BARBOSA, Jefferson Rodrigues (Org.) **Intelectuais & Comunismo no Brasil: 1920-1950**. Gustavo Barroso, Plínio Salgado, Alceu Amoroso Lima, Jorge Amado, Miguel Costa. Curitiba: EdUFMT, 2011.

- JODELET, Denise. **Representações Sociais: um domínio em expansão**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- KOIFMAN, Fábio. **O Imigrante Ideal**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2012.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- LIA, Cristine Fortes. **Bons cidadãos: a comunidade judaica do Rio Grande do Sul durante o estado novo (1937-1945)**. Porto Alegre: PUCRS, 2003.
- LIPINER, Elias. **Santa Inquisição, Terror e Linguagem**. Rio de Janeiro, Ed. Documentação, 1977.
- LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro, Imago, 1995.
- LEWIN, Helena. **Judaísmo e Modernidade: Suas múltiplas inter-relações**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- LUIZETTO, Flávio. **Os constituintes em face da imigração: estudo sobre o preconceito e a discriminação racial e étnica na constituição de 1934**. Dissertação de mestrado, FFLCH, USP, 1975.
- MACIEL, Anor Butler. **Nacionalismo - o problema judaico e o nacional-socialismo**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937.
- MARTINS, Ana Luiza. & DE LUCA, Tania Regina. (Org.) **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O mito da conspiração judaico-comunista**. In: Revista de História. n. 138, 1998.
- MOVSCHOWITZ, Jeronymo. **Nem negros, nem judeus: a política imigratória de Vargas e Dutra (1930-1954)**. Rio de Janeiro, PPGH/Uerj, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso Fundador: A formação do país e a construção da identidade nacional**. 2ª edição. Campinas: Pontes, 2001.
- PASAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos de 1930: as incertezas do regime**. In O Brasil Republicano. Org. Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida – RJ: Civilização Brasileira, 2003; v.2

PINTO, António Costa. **O salazarismo e o fascismo europeu**. Problemas de interpretação nas ciências sociais. Editorial Estampa. Lisboa, 1992.

REES, Laurence. **O Holocausto: uma nova história**. Editora Vestígio. 2018.

_____. **O carisma de Adolf Hitler: O homem que conduziu milhões ao abismo**. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.

RODRIGUES, Albo Berro. **A Questão Judaica Brasileira no Século XXI: os Direitos Humanos na Luta pela Igualdade de Minorias Judaicas em Território Brasileiro**. Dissertação de mestrado em Direitos Humanos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Ijuí, 2016.

SCHULMAN, Bernardo. **Em Legítima Defeza: A voz de um judeu brasileiro**. Curitiba. 1937.

SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das Raças**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. **Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização**. In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura (Org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p.41-58. 1996.

SILVEIRA, Tasso da. **Dario Vellozo: perfil espiritual**. Rio de Janeiro, 1921.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no Regime Militar e militarização das artes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TRINDADE, Hélió. Integralismo. **O fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo: Difel, 1979.

VIEIRA, Newton Colombo de Deus. **Além de Gustavo Barroso: O Antissemitismo na ação Integralista brasileira (1932-1937)**. Dissertação de mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2012.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo. PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha & KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo: Editora Afiliada, 1995.

